



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2023  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2023

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO  
(ART. 24, II, LEI 8.666/93)

### 1 – OBJETO:

A presente dispensa de licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO QUE COMPÕE A CAMPANHA “QUERO MAIS” CONFORME REGULAMENTO JÁ PUBLICADO EM DECRETO DO EXECUTIVO N. 2.569/2023, COMO AÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

### 2 - DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA

2.1. A presente Dispensa de licitação se encontra amparada pela *Lei de Licitações e Contratos*, tendo em vista que os serviços requisitados totalizam R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), preço que admite a Dispensa de acordo com o artigo 24, II, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

2.2. Ressalta-se que a Administração Municipal, ainda que diante de Dispensa de Licitação, promoveu pesquisas de mercado a fim de encontrar o menor preço para a contratação do supramencionado serviço;

2.3. Os atos em que se realize a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato, dito discricionário, **se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato**, dada a sua importância e necessidade extrema de idoneidade.

### 3 – DA CONTRATANTE

3.1. **MUNICÍPIO DE DESCANSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.026.138/0001-97, com sede na Avenida Marechal Deodoro, nº 146, centro, Descanso/SC.

### 4 – DO CONTRATADO

4.1 – **GRÁFICA & EDITORA RYUS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 95.766.457/0001-18, com sede na RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, Nº 200 – SALA 01, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

### 5 – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE

5.1 – A contratação nos termos e condições em epígrafe, será realizada considerando o baixo valor apresentado para a prestação dos serviços, conforme segue abaixo:

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CARTELA CUPONS DE SORTEIO 7x12 – COLORIDOS – PAPEL OFF 75G – CAMPANHA PREMIADA QUERO MAIS	Material	50.000	R\$ 0,038	R\$ 1.900,00
2	CARTAZES COLORIDOS 30x40, PAPEL COUCHE 150G	Material	300	R\$ 3,17	R\$ 951,00
				<b>Total</b>	<b>R\$ 2.851,00</b>



## 6 – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DOS PRAZOS:

- 6.1- O contratado deverá proceder a entrega completa dos materiais na data indicada pelo solicitante, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, devendo entregar o objeto no local indicado pelo responsável.
- 6.2 - Os preços cotados não serão reajustados.

## 7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado na semana subsequente à prestação, mediante a apresentação da Nota Fiscal, desde que esteja em condições de liquidação e pagamento. Consigne-se que serão efetuadas as retenções de tributos, quando couber, nos termos da legislação vigente.

## 8 – DA DESPESA

8.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas e codificadas:  
**06.10.20.12.3.3.90.39.63.00.00.00 (36/2023)**

## 9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - A empresa contratada apresentou a seguinte documentação para comprovação de habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme exigências do art. 27 da Lei 8.666/93, especialmente:

- a) Cartão CNPJ;
- b) Prova da regularidade conjunta para com a Fazenda Federal, União e Previdência (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- f) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11, com validade;

## 10 - CONCLUSÃO

Tendo em vista os itens em epígrafe, remeta-se para elaboração de parecer jurídico, no que tange à possibilidade de contratação por dispensa de licitação, para posterior ratificação pela autoridade competente.

Descanso/SC, 05 de julho de 2023.

**FELIPE JOSÉ TERNUS**  
Presidente da CPL

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica.

**ROGÉRIO DE LEMES**  
OAB/SC-21.018  
Assessor Jurídico